

II. A Corte no Brasil. D. Rodrigo de Sousa Coutinho

The Cut in Brazil. D. Rodrigo of Sousa Coutinho

Prof Dr. Antonio Paim (Instituto de Humanidades – São Paulo - SP)

apaim@itn.org.br

A Corte Portuguesa chegou ao Rio de Janeiro a 7 de março de 1808. Chefiava-a o futuro D. João VI, que na ocasião governava com o título de Príncipe Regente dada a circunstância de que D. Maria I enlouquecera. Foi coroado Rei em 1817, quando do falecimento da Rainha.

Logo no dia 11 de março, na prática imediatamente após a sua chegada, D. João nomeia Ministro dos Estrangeiros e da Guerra a D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Tornar-se-ia patente que passou a atuar como o verdadeiro chefe do governo. Registrando essa convicção, Hipólito da Costa confronta o seu desempenho ao dos dois outros ministros, nestes precisos termos: “Os três ministros eram como três relógios. Um, D. Rodrigo, andava demais, adiantando-se; outro, D. Fernando José de Portugal atrasava-se; e, o terceiro, o Conde de Anadia, andava sempre parado”. Deste modo, Dom Rodrigo tendo exercido essas funções até o falecimento, no início de 1812, durante quatro anos, portanto, fixou determinado estilo que, tudo leva a crer, teria um grande impacto nos rumos seguidos pelo país. Cumpre, pois, determo-nos nessa personalidade.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho nasceu a 3 de agosto de 1755 e era filho de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1726/1781), que exerceu altas funções no Reinado de D. José I. Seus irmãos tornaram-se homens públicos proeminentes, tendo um deles (Francisco Maurício Sousa Coutinho) governado o Pará, na década de noventa e, com a mudança da Corte, passou a integrar o Conselho Militar Supremo, no Rio de Janeiro.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho sempre teve o seu nome associado ao do Marquês de Pombal. Sendo seu afilhado de batismo, foi educado sob a sua direta orientação. Afirma-se que se destinava a exercer papel assemelhado ao seu quando ascendesse ao trono o filho mais velho de D. José, destinado a substituí-lo. Tendo falecido antes do pai, coube o lugar a D. Maria I que, como se sabe, tentou inverter o curso da história.

Ainda que a **Viradeira** não tenha sido bem sucedida, isto é, não haja logrado restaurar a ascendência da Igreja Católica no governo, anterior à ascensão de Pombal, D. Rodrigo sofreu seus reflexos, porquanto viu-se virtualmente exilado, mandado para representar Portugal em Turim, capital do Reino da Sardenha, então um dos estados independentes em que se subdividia a Itália. Ali permaneceu durante 15 anos, tendo regressado para integrar o governo do Príncipe Regente, em 1796, na condição de Ministro do Ultramar e da Marinha.

Sua passagem por esse Ministério mostra bem o seu estilo. Ali organizou uma instituição científica denominada Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica, destinada a recuperar a tradição portuguesa dos estudos náuticos mas também a perseguir o dinamismo econômico do ultramar. No discurso inaugural, pronunciado a 22 de dezembro de 1798, D. Rodrigo aponta o caminho da superação do “relativo atraso econômico em relação aos países do norte do continente”, valendo-se dos conhecimentos que a ciência colocava ao seu alcance. Reserva especial papel, na consecução de tal objetivo, à racional exploração da Amazônia, referindo não só o corte mas igualmente o replantio, com base em novas espécies. Para orientar essa iniciativa, anuncia a aquisição “de todas as melhores obras que se conheciam, publicadas em França e na Grã-Bretanha, a respeito das grandes culturas próprias daquele continente”, destinando-as o Rei a “seus vassallos portugueses que habitam o Brasil”.

Na chefia do governo, organizado no Rio de Janeiro, D. Rodrigo seguirá a orientação que expressaria em carta ao Príncipe Regente, datada de 16 de agosto de 1809, comentada por Oliveira Lima no clássico **D. João VI no Brasil** (4ª edição, Topbooks, 2006, p. 139), que tem o seguinte teor: “Portugal há de ganhar mais com o aumento que há de ter depois dos liberais princípios que V.A. R. mandou estabelecer, do que antes ganhava com o sistema restritivo e colonial que existia”.

Ao referir-se ao “sistema restritivo e colonial que existia”, muito provavelmente teria em mente o alvará de 5 de janeiro de 1785, expedido por D. Maria I, no período da **Viradeira**, que proibia o estabelecimento de manufaturas e fábricas no Brasil. Essa providência foi derogada por alvará de 1º de abril de 1808.

Ainda que, no tocante às atividades econômicas, tenha sido dada maior atenção à agricultura, também se procurou desenvolver manufaturas, conforme será indicado.

O Jardim Botânico, implantado nas proximidades da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, fazia parte do seu projeto de modernização, segundo a linha de Pombal. Assim, colocou-o ao serviço da diversificação da agricultura: produção de mudas das chamadas especiarias (pimenta, cravo, canela e noz moscada) e também da planta do chá. O projeto incluía a cultura da vinha.

No tocante às manufaturas, cumpre assinalar o que se segue: A repartição incumbida da ingerência nas indústrias extrativas minerais foi entregue ao renomado naturalista brasileiro Manoel Ferreira da Câmara Bitencourt e Sá (conhecido como Intendente Câmara). Medidas protecionistas foram expedidas para reanimar os remanescentes da mineração de ouro, voltando-se a atenção, também, para a extração de diamantes. Nessa linha e visando o mesmo objetivo, foi facultada ampla liberdade aos ourives.

Data desse período as primeiras tentativas de implantação no país da indústria siderúrgica. Técnicos franceses foram contratados e instalados em Sorocaba (São Paulo). Resultados mais rápidos seriam alcançados pelas iniciativas, na mesma direção, levadas a cabo na província de Minas Gerais. A 7 de dezembro de 1812, o alemão Barão Guilherme Von Eschwege conseguiu fundir ferro, pela primeira vez no país, em Congonhas do Campo. Sob a supervisão direta do Intendente Câmara alcançou-se a fabricação de ferro gusa, no Pilar, em 1814. A fábrica de Sorocaba iniciou a produção pouco mais tarde, em 1818.

Basicamente, buscou soluções duradouras, como forma de superação do “sistema restritivo e colonial que existia”. Não se tratava de que D. Rodrigo estivesse trabalhando para a independência do Brasil. Seu empenho consistia em proporcionar ao país autonomia econômica. Exemplo de tal empenho pode ser documentado pelo seguinte fato: em fins de 1808 faltava carne no Rio de Janeiro. A solução encaminhada por D. Rodrigo foi abrir um caminho permanente entre São Paulo e a Região das Missões, onde se implantara a pecuária.

Constata-se maior dedicação ao esforço em atuar segundo o modelo pombalino, na busca obsessiva de forjar uma nova mentalidade na elite. Na organização da Real Academia

Militar atuou, parodiando Hernani Cidade na caracterização da maneira como Pombal se ocupou da reforma da Universidade, como “se nada mais tivesse que fazer”. Assumiu pessoalmente a supervisão de todas as tarefas, inclusive a escolha de lentes e compêndios. Controlou minuciosamente o andamento da obra.

Assim, o grande feito de D. Rodrigo consistiu na criação da Real Academia Militar, a propósito do que, o eminente educador Laerte Ramos de Carvalho (1922/1972) teria oportunidade de afirmar que não se limitaria a promover a reorganização dos estudos militares, em seqüência às providências iniciadas na década de setenta do século anterior, organização de cursos em Recife e Salvador, em 1774 e 1778, respectivamente, e da Academia de Fortificação e Desenho, no Rio de Janeiro, em 1792. A seu ver, correspondia a arrojado e esclarecido empreendimento, no qual se consubstanciam algumas das mais sábias diretrizes da política cultural de D. João VI.

De fato, coube-lhe a missão de sistematizar o estudo da matemática e das ciências físicas, estruturando um núcleo destinado não só a acompanhar a evolução de tais estudos na Europa como igualmente de participar em seu desenvolvimento.

Na década de cinquenta, o governo consagra a situação que se configuraria, na prática, no ensino da Real Academia, que formava não apenas militares, mas igualmente engenheiros e outros quadros técnicos. Desmembrou-a em dois estabelecimentos: o ensino militar, transferido para a Praia Vermelha, e o ensino de matemática, ciências físicas e naturais e engenharia, aberto tanto a militares como a civis, que ficava no Largo de São Francisco, com a denominação de Escola Central. Essa última passaria a chamar-se Escola Politécnica, em 1874.

A **Viradeira** não se consolidou graças ao fato de que Pombal havia mudado a mentalidade da elite. D. Rodrigo seguiu o mesmo caminho, criando as condições para a constituição de uma elite governamental liberta da restritiva mentalidade colonial.

Data de registro: 23 de abril de 2008

Data de aceite: 30 de junho de 2008